



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. I | maio.-out. 2018

p. 234-247.

# Quem tem medo de crianças *queer*?

## Alguns questionamentos às normatividades em psicanálise

Léo Tietboehl<sup>1</sup>  
Rafael Cavalheiro<sup>2</sup>  
Daniel Kveller<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa analisar o papel específico da psicanálise frente às tentativas de normalização da sexualidade em âmbito escolar. Como a prática psicanalítica pode subverter as demandas biopolíticas pelas quais é convocada a operar? O que é necessário para que a psicanálise não reproduza uma norma e não se converta em um método prescritivo de gênero? Iniciaremos descrevendo alguns debates em espaços de formação para pensar as limitações do corpo teórico psicanalítico e das leituras que se produzem a partir deste. Em seguida, discutiremos as questões teóricas pertinentes à relação entre clínica e normatividade, tomando como eixo de articulação as reflexões sobre a patoanálise e a psicogênese e sobre o desejo. Por fim, buscaremos mostrar que tais perspectivas servem de aporte para pensarmos também algumas discussões sobre a relação entre arte, censura e infância que recentemente ganharam atenção da mídia e da população brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** infância; psicanálise; gênero; diversidade sexual; teoria *queer*.

**Abstract:** The present article aims to analyze the specific role of psychoanalysis in the face of sexual normalization attempts at school environment. How can the practice of psychoanalysis subvert such biopolitical demands? What are the requirements to prevent psychoanalysis from reproducing gender rules and, therefore, becoming a prescriptive method? We begin by describing a number of debates that occur in training situations in order to think about the limits of psychoanalytical theory and its current interpretations. Next, we discuss theoretical problems regarding the relation between clinic methodologies and normativities. The pathoanalytical and the psychogenetic perspectives are taken, along with the notion of desire, as standing points. Upon such viewpoints, we consider how such perspectives offer us conceptual groundings to analyze, also, the discussions on art, censorship and childhood that recently drew the attention of Brazilian media and population.

**Keywords:** childhood; psychoanalysis; gender; sexual diversity; *queer* theory.

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro do Grupo de Trabalho de Psicanálise, Gênero e Diversidade Sexual (GTênero - UFRGS). E-mail: leokt2@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro do Grupo de Trabalho de Psicanálise, Gênero e Diversidade Sexual (GTênero - UFRGS). E-mail: rafaelatler@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Clínica e Cultura (UFRGS); membro do Núcleo de Pesquisas em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade (NUPSEX - UFRGS) e do Grupo de Trabalho de Psicanálise, Gênero e Diversidade Sexual (GTênero - UFRGS). E-mail: dkveller@gmail.com

Recebido em 28/02/18  
Aceito em 27/03/18

**Resumén:** Este artículo presenta una reflexión sobre la especificidad del psicoanálisis frente a tentativas de normalización de la sexualidad en el ambiente escolar. ¿Como la praxis psicoanalítica subvierte las demandas biopolíticas por las cuales es invitada a operar? ¿Qué es necesario para que el psicoanálisis no convalide una norma y se convierta en un método prescriptivo de género? Iniciaremos con la descripción de debates ocurridos en espacios de formación para pensar las limitaciones de la teoría psicoanalítica y de las lecturas que se producen, hoy, a partir de ella. En otro momento, discutiremos las cuestiones teóricas que se refieren a las relaciones entre la clínica y la normatividad, implantando como puntos de amarre las reflexiones sobre la psicoanálisis, la psicogénesis y el deseo. Finalmente, intentaremos mostrar como tales perspectivas sirven para que pensemos también sobre las relaciones entre arte, censura e infancia, que recientemente han ganado atención de los medios mediáticos y de la población brasileña.

**Palabras clave:** infancia; psicoanálisis; género; diversidad sexual; teoría queer.



## Introdução

Se a escola se tornou, ao longo do século XX e XXI, um espaço privilegiado de disciplinarização da infância e da sexualidade infantil, é muito provável que tenha contado, para isso, com o auxílio dos saberes *psi*. É em direção às psicólogas e psicólogos escolares, afinal, que os professores se dirigem quando já não restam ideias de como lidar com os pequenos diabinhos que resistem em sentar-se em suas carteiras, ou que, mesmo sentados e obedientes, não conseguem atingir os resultados esperados ao final dos trimestres. Também é das psicólogas e psicólogos que se esperam respostas sobre como lidar com meninos afeminados, que se travestem, ou com meninas que parecem preferir relacionar-se com outras meninas. A importância dos saberes *psi* no funcionamento disciplinar das escolas atesta a pertinência das teses desenvolvidas por Michel Foucault (1976/2011), que indicavam como o advento da psicanálise respondia não apenas à necessidade de liberação de uma sexualidade reprimida pelo regime vitoriano, mas também, e, sobretudo, às demandas biopolíticas de incitação e controle populacional dos Estados modernos.

No contexto deste dossiê, que se propõe a pensar as possibilidades de subversão e tensionamento em relação às tentativas de normalização da sexualidade em âmbito escolar, o presente artigo visa analisar o papel específico da psicanálise: como essa prática pode subverter as demandas biopolíticas – ou sexopolíticas, como aponta Marcelo Santana Ferreira (2016) – pelas quais é convocada a operar? O que é necessário para que a psicanálise não reproduza uma norma e se converta em uma pedagogia prescritiva de gênero?

A iniciativa de tomarmos a psicanálise como objeto de investigação privilegiado dentro do campo *psi* decorre de experiências dos autores, que têm na psicanálise a referência em seus percursos de formação clínica, e da aposta de que os debates sobre gênero e sexualidade podem ajudar a desvencilhá-la de algumas leituras e práticas conservadoras, que acabaram levando muitos psicanalistas à assunção acrítica de funções normalizadoras nas últimas décadas. Assumimos uma posição assertiva, ainda que não prescritiva. Propomos repensar aspectos da prática e do discurso psicanalítico que, mesmo sem esta intenção, podem ter como efeito uma escuta que toma o sofrimento como algo patológico e fundamentalmente individual – pressupondo o “problema” como algo decorrente da “desconformidade” com normas de gênero e não, por exemplo, da própria homofobia e de outros preconceitos arraigados em nossa cultura.



Inicialmente, descreveremos algumas discussões que ocorreram em espaços de formação em psicanálise – associáveis, mais ou menos, à temática de gênero e sexualidade – para pensar as limitações do corpo teórico psicanalítico ou das leituras que se podem produzir hoje a partir deste. Neste ponto, estabelecemos a *criança queer* como o que interroga um ideal de desenvolvimento esperado e regido pela heterossexualidade compulsória (RUBIN, 1975/2017; PRECIADO, 2014).

Em seguida, discutiremos algumas questões teóricas pertinentes ao debate sobre clínica e normatividade. Apresentamos o traçado de leitura das obras de Freud e Lacan que nos oferecem Phillipe Van Haute e Thomas Geyskens (2016), ao proporem uma diferenciação entre a abordagem patoanalítica e a psicogênica; e partimos para uma análise do conceito de desejo, pensando suas relações com a identificação e convidando o leitor às considerações acerca de sua condição intrincada ao social e a um *pathos*. Buscaremos mostrar que tais reflexões servem de aporte para pensarmos não apenas a prática clínica de psicanalistas, mas também algumas discussões sobre a relação entre arte, censura e infância, que recentemente ganharam atenção da mídia e da população brasileira.

## 1. Alguns debates na psicanálise

Como as recentes perspectivas envolvendo questões de gênero e diversidade sexual são discutidas e estudadas em espaços de formação psicanalítica? Que discursos são mobilizados nestes contextos e que tipo de práticas clínicas são por eles configurados? Qual é a forma como se descrevem práticas em psicanálise e quais são as possibilidades de se acolherem nestas as singularidades que se afirmem enquanto desvio, sem-lugar na norma prescrita de um suposto “desenvolvimento normal”?

Para começar, julgamos pertinente trazer o relato de um debate que aconteceu em um destes espaços, onde se tornou pauta a história de Searyl, bebê canadense cuja designação de gênero não foi determinada em sua certidão de nascimento. Tal caso ganhou visibilidade mundial principalmente em função da decisão, feita pela família da criança, de fazer constar no campo de resposta à indicação de sexo a letra U, que pode ser interpretada em inglês tanto como *undetermined* (indeterminado) quanto como *unassigned* (não atribuído).

A maioria das vozes envolvidas na discussão tomou a posição de reprovar esta decisão, julgando-a um descaso com a necessidade que tem uma criança, ao nascer, de ser nomeada, como se a decisão da família em não determinar um gênero fosse da ordem de um apagamento de sua subjetividade. Não precisamos mencionar o equívoco na apuração dos fatos, pois em nenhum



momento foi mencionado que constava a indeterminação na certidão, apenas foi reproduzido o discurso de: “*estão nascendo crianças sem gênero*”. Além disso, associou-se a discussão à suposta antecipação da idade mínima para o início do procedimento hormonal de crianças e adolescentes transgêneros: medida tomada como imprudente pelo futuro arrependimento permanente que tal procedimento poderia gerar.

Fez-se necessária, naquele momento, uma intervenção na discussão do grupo, questionando, em primeiro lugar, se o ato de declarar o sexo da criança como "indeterminado" ou "não atribuído" não poderia ser considerado, mesmo que de maneira atípica, como uma nomeação. Em seguida, foram esclarecidos alguns pontos sobre a reversibilidade do procedimento hormonal que iniciado mais precocemente trata apenas de inibir os caracteres secundários. De qualquer forma, este acontecimento suscita o questionamento: ao trabalhar com psicanálise, estamos inertes às superstições e aos prejulgamentos que atravessam uma leitura de caso?

Ainda, notamos as demandas e pedidos de ajuda das escolas que têm bastante dificuldade em lidar com as crianças que desafiam ou se situam às margens da norma. Por vezes, em visitas a algumas escolas, somos questionados se não há algo de errado com o menino que quer se maquiar ou se é uma boa decisão deixar a menininha jogar futebol com os meninos em vez de praticar esporte com as demais garotas. Mais ainda, pela maior visibilidade das infâncias e adolescências trans, há um medo – tanto dos pais quanto das escolas –, de que qualquer experimentação que rompa as expectativas relacionadas ao gênero indique a possibilidade de ter filhxs trans.

Não é difícil notar como pontos de vista expressados nesses breves relatos se assemelham a operações discursivas cada vez mais prevalentes nos debates políticos contemporâneos. Tais estratégias, que trazem questões da infância para o centro dos debates sobre gênero e sexualidade, fazem valer o terror e o medo da catástrofe, descontextualizando e mobilizando informações falsas (como a questão da disponibilização de hormônios para crianças) para sugerir que os movimentos ligados à defesa da livre expressão da sexualidade estão na verdade impondo sua “ideologia”, ao “contaminar” crianças “puras” com “ideias estranhas” e as “convertendo” em “sujeitos perversos”.

É importante sublinhar que argumentos de natureza similar já foram usados por psicanalistas para se opor a propostas levadas a cabo pelo movimento LGBT, como a autorização de pedidos de adoção feitos por casais homossexuais. Os textos de Antônio Quinet (2016), Acyr Maya (2013) e Daniel Borrillo (2010) trazem alguns exemplos que chocam pela coincidência argumentativa de alguns psicanalistas notadamente conservadores. De maneira geral, colocam-se argumentos que



essas propostas ameaçariam, dentre tantas outras coisas, a capacidade de distinção da diferença sexual, base de um suposto ordenamento simbólico da cultura. Atualmente, percebem-se as tentativas de alguns psicanalistas de rever tais ideias, mas ainda podemos nos deparar com artigos científicos que comparam a transexualidade a uma epidemia histórica – o que talvez possa parecer “atenuante”, posto que historicamente a mesma foi pensada como um fenômeno psicótico (AYOUCH 2014; CUNHA, 2016). No entanto, a nosso ver, tal leitura parece igualmente desacertada e politicamente desastrosa (JORGE; TRAVASSOS, 2017). A ideia de epidemia, mesmo que tenha sido utilizada de maneira metafórica, ainda faz pensar que o avanço das pautas defendidas pelo movimento LGBT (como, por exemplo, a possibilidade de se optar por realizar cirurgias de redesignação sexual) pode se configurar como um risco às fundações da cultura, como uma chaga que se prolifera perigosamente.

Além do viés heteronormativo subjacente a tais análises, outro ponto fundamental a ser destacado é o lugar da infância em sua engrenagem discursiva. Projetando a imagem específica de uma criança “pura” na base das condições de desenvolvimento e progresso da civilização – uma criança gerada por um casal heterossexual e que supostamente tornar-se-á, “se tudo correr bem”, também heterossexual, cisgênera e reprodutiva –, delimita-se e enquadra-se o próprio terreno do que é pensável e discutível na arena política. Afinal, o que significaria não lutar pelas crianças, se delas dependemos para a transmissão dos fundamentos da cultura? Como alguém poderia lutar contra o futuro e o progresso da civilização? Como tomar uma posição que ameaçaria a própria possibilidade de tomar posições (EDELMAN, 2004)?

Assim, afirma-se que brinquedos, hormônios ou a falta de um nome generificado pode gerar um problema no desenvolvimento da criança, e que um problema desses poderia pôr em xeque os próprios fundamentos de nossa cultura. Tomando a infância e a criança como estandartes da transmissão e do progresso da civilização, os discursos conservadores alocam o *queer* – e a criança *queer*, mais especificamente – em um território extraterrestre, supostamente fora da cultura. Espera-se que a política tenha seus altos e baixos, seus períodos e espaços de tensão e até mesmo de exceção, mas o *queer* representaria uma ameaça ainda mais radical, uma espécie de *Thanatos* da ordem social, força abjeta que precisa ser reiteradamente recusada e excluída na tentativa de reafirmação da identidade heterossexual (EDELMAN, 2004).

É ponto pacífico entre diversos historiadores que a imagem da infância serviu amiúde como uma espécie de repositório de identificações culturais, incorporando, assim, o *telos* da ordem social





e a promessa para qual essa própria cultura deve ser confiada. Essa criança onipotente e imaginária serve, então, como uma espécie de regulação do debate público, obrigando os discursos que o habitam a se curvar de antemão à realidade de um futuro coletivo cujo status figurativo nunca pode ser ameaçado ou mesmo discutido.

A questão do desenvolvimento e do seu respectivo *telos* é também parte importante da teoria psicanalítica e, conforme apontam Van Haute e Geyskens (2016), uma parte especialmente delicada. De acordo com os autores, ao longo das obras de Freud e Lacan podem ser encontradas duas formas radicalmente distintas de se pensar a psicopatologia: a patoanálise e a psicogênese, as quais pretendemos deslindar no próximo ponto.

## 2. Psicogênese e Patoanálise

Para continuar pensando sobre as cenas que descrevemos, partamos de alguns pontos levantados por Van Haute e Geyskens (2016). Os autores, ao trabalharem extensamente com o Complexo de Édipo, mostram como esse conceito tão caro à psicanálise foi abordado historicamente de um modo essencialmente psicopatologizante, o que teve efeitos clínicos importantes, sobretudo no modo pelo qual colocou a heterossexualidade como caminho “mais desenvolvido” ou como suposto equivalente de saúde. Trazemos alguns pontos levantados pelos autores acerca da compreensão psicogênica do complexo de Édipo, pois entendemos que tal compreensão predominante resultou não só em dificuldades no diálogo com outras disciplinas, mas também teve um efeito normalizador sobre a escuta analítica. Quando interrogada sobre pontos de encontro e de tensão entre psicanálise e teoria *queer*, Patrícia Porchat (2014) situa no complexo de Édipo o principal ponto de tensão: “que homem ou mulher, que masculinidade ou feminilidade podem daí ser extraídos?” (PORCHAT, 2014, p.81). Aponta-se para a necessidade ética e política de reexaminar a centralidade de tal concepção, pois talvez tenhamos que pensar para além dessas noções estanques de feminilidade e masculinidade deduzidas a partir da dissolução do complexo de Édipo (CAVALHEIRO, 2018).

Van Haute e Geyskens (2016) apresentam uma abordagem que denominam “patoanalítica” – em oposição à compreensão psicogênica do complexo de Édipo. Nessa perspectiva, o complexo de Édipo não é tomado pelo status de balizador central das neuroses ou das psicopatologias, o que nos faz tomar tal abordagem como potencialmente menos normativa. Os autores destacam a relevância dos conceitos de bissexualidade e de sexualidade perverso-polimorfa – os quais, de acordo com sua



leitura, perdem visibilidade à medida que o complexo de Édipo se formula como conceito-chave da psicanálise. Ao passo que o conflito edípico se torna central na obra de Freud, como marco de um “desenvolvimento a ser alcançado”, outros conceitos potentes vão sendo, progressivamente, menos discutidos. Este processo propicia, paulatinamente, que em psicanálise se possa sugerir um *telos* para o desenvolvimento infantil. O complexo de Édipo, ao tornar-se uma finalidade a ser atravessada – de maneira problemática ou não – torna impraticável conceber, por exemplo, um percurso de desenvolvimento do sujeito que não contemple este quesito: quadros que não impliquem experiências de angústia de castração ou de inveja do pênis mostram ser necessariamente, neste esquema, casos desviantes.

Desta forma, a progressiva centralidade do complexo de Édipo na teoria psicanalítica cria uma tendência e um critério regulamentários de um suposto “desenvolvimento normal”. Tal concepção e compreensão da obra de Freud e de seus leitores não passaram despercebidas pelo movimento psicanalítico, que muitas vezes estigmatizou e teorizou que diversas outras formas de expressão da sexualidade – para além da heterossexual – estariam associada a problemas na resolução do complexo de Édipo ou a núcleos pré-genitais intensos ou, ainda, a uma fixação da libido em pontos supostamente anteriores do desenvolvimento, como podemos ver em Joel Nogueira (2005) dentre tantos outros. De todo modo, essa visão psicopatologizante não é por nós compartilhada e entendemos que sustentar uma compreensão patoanalítica – que englobe a dimensão questionadora de alguns paradigmas – é fundamental para a clínica, sobretudo quando falamos em crianças que desafiam as normas de gênero.

A patoanálise, portanto, representaria uma ruptura da psicanálise com as formas tradicionais que fixam a patologia como negativo da saúde psíquica. Na versão patoanalítica da psicanálise, os distúrbios psicológicos não atuam *contra* a normalidade, mas evidenciam “uma disposição que está ativa na vida interna e normal, apesar de ser expressa de maneira excessiva na patologia” (VAN HAUTE; GEYSKENS, 2016, p. 23).

A patoanálise está mais ligada a uma perspectiva quantitativa, como uma constelação de fatores presente em todos os sujeitos, de modo que algumas categorias clássicas da psicopatologia, como a neurose obsessiva, por exemplo, reuniriam uma maior quantidade de certos fenômenos. Estes apenas aparecem mais intensamente em determinados quadros, mas são conflitos próprios de grande parte dos – senão de todos os – sujeitos. Freud (1908/2015, p. 392), mesmo enquanto ainda se baliza pela oposição normalidade *versus* neurose, apresenta uma série de dúvidas em relação a





esta concepção, chegando a dizer que “os neuróticos são indivíduos como os outros, não há como separá-los nitidamente dos normais”. Em outras correntes da psicanálise menos estudadas na academia, temos Wilfred Bion (1962), autor que descentra o modelo estrutural da mente em prol de um modelo espectral, propondo uma ruptura com a psiquiatria clássica. Bion (1957) propõe a noção de parte psicótica da personalidade e parte não psicótica da personalidade, sendo todos os sujeitos constituídos a partir delas, e aqui também o fator quantitativo seria o ponto a ser considerado.

Tais e outras variações de perspectiva implicam reinvenções de um método em psicanálise, fazendo pensar na necessidade de se atentarmos aos rumos da cultura em que está inserida. Ao ampliar as possibilidades da escuta (justamente denunciando os pontos em que esta se faz de maneira limitada), oferecem-se ferramentas para o questionamento acerca do espaço que disponibilizamos, enquanto analistas, para elaborações singulares de diferentes formas de sofrimento.

### 3. Criança viável: desvios da psicanálise

Parece-nos importante apostar em uma análise que se constitua não por uma centralidade fundamental, *a partir de* ou *pela qual* o sujeito se forma, mas pensar o espaço terapêutico como um lugar onde o sujeito possa nomear, através do ato enunciativo, um percurso de constituição singular, a partir das infinitas possibilidades interpretativas que os recursos da linguagem colocam a seu dispor.

No seminário da Identificação (1960-61), Lacan coloca em paralelo o desejo e a demanda, através da figura de dois toros, para salientar a inacessibilidade entre um e outro. Em outro momento, o autor afirma que “é precisamente porque o desejo é articulado que ele não é articulável” (LACAN, 1966, p. 804). O desejo, para Lacan, não se constitui senão a partir de uma articulação com o discurso do Outro, sendo o último um princípio de alteridade radical, lugar outro desde onde um Eu recebe sua mensagem de maneira invertida, comumente associado aos atravessamentos de uma cultura.

Destarte, coloca-se a pergunta: seriam estes atravessamentos – do desejo articulado ao discurso do Outro – fatores que viabilizam escapar à norma? Ou seriam tais, justamente, os operadores da fixidez do sujeito em um ideal? É tentando responder a esta pergunta – e cientes do inerente fracasso desta tarefa – que sugerimos pensar o desejo como o que constitui e nomeia o sujeito, mas também como aquilo que, por sua resistência à nomeação definitiva, permite ao sujeito



renomear-se, sempiterna e indefinidamente<sup>4</sup>. Consideramos, assim, que há algo do sujeito que *se nomeia*, singularmente, ao tentar enunciar o desejo: perspectiva que torna despropositada a intenção de “regulamentar” ou “prescrever”, de alguma forma, as possibilidades de constituição do sujeito. Nesse sentido, explicam-nos Márcia Aran e Carlos Augusto Peixoto Junior:

É preciso, portanto, um certo estremecimento dessas fronteiras excessivamente rígidas e fixas da identificação e do desejo para que outras formas de construção do gênero possam habitar o mundo viável da sexuação e sair do espectro da abjeção (ARAN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p.143).

Os autores, ao proporem uma permeabilidade entre a demanda/identificação e o desejo, levam a crer que, entre o desejo e a demanda, há um não lugar que resiste a um encaixe – em um ou em outro – e, por consequência, a uma lógica binária. Percebe-se, neste *interdito*, um espaço de invenção e de potência: uma resistência à captura, por um *ainda não concluído* (e que perpetuamente não o será). É esta instância que permite ao desejo a possibilidade de refazer-se: porque este nunca se adequa, exatamente, à demanda (e vice-versa).

Lacan (1967) define o ato como o que promove desvio da cadeia de significantes, mas mantém, ainda, uma relação com esta. A viabilidade da criança *queer* depende do reconhecimento da legitimidade de seu desvio, que existe independentemente das possibilidades de identificação com padrões identitários. Para que se possa *visibilizar* o desvio de um ideal, que pensamos como intimamente associado à centralidade de uma norma e de uma concepção de desenvolvimento linear, tem de haver uma escuta que reconheça esse ato de desvio. Não se trata, portanto, do reconhecimento de uma identidade, mas sim de algo da ordem da negatividade. Vladimir Safatle (2015) nos apresenta uma ideia semelhante quando se dedica a conceitualizar o que chama de reconhecimento antipredicativo:

Falar em “reconhecimento antipredicativo” só faria sentido se pudéssemos afirmar a necessidade de algo do sujeito não passar em seus predicados, mas continuar como potência indeterminada e força de indistinção. Como se aprofundar as dinâmicas de reconhecimento não passasse por aumentar o número de predicados aos quais um sujeito se reporta, mas que passasse, na verdade, por compreender que um sujeito se define por portar o que resiste ao próprio processo de predicação (SAFATLE, 2015, p. 107).

*Será que reconhecemos este desvio, de fato, quando ele acontece?* É a pergunta que nos fazemos nos capítulos deste texto e que, na nossa concepção, é a que se deve colocar a todo o momento. Trabalhar pela perspectiva de escuta de um sujeito *ainda por nomear-se* é colocar-se de

<sup>4</sup> Vale lembrar que é no contexto de uma aposta similar que Judith Butler (2012) e outras teóricas queer insistem na potência do conceito de desejo, mesmo após as duras críticas de Michel Foucault (1976/2011).



maneira atenta a esse desvio, que consiste exatamente no ato de nomeação. É, assim, acolher um discurso que se apresente dissonante à harmonia de uma norma e que porventura se coloque alheio à centralidade desta.

Parece-nos que o radical *pathos*, que compõe o conceito de patoanálise de Van Haute e Geyskens, tem algo a se relacionar com esta leitura do desejo, incapturável à explicação e às nomações *a priori* de padrões identitários, algo que se sofre, sem meios para prever ou promover seu acontecimento.

#### 4. Considerações finais

Conforme nos lembra Paul B. Preciado (2014), o sistema heterossexual é um dispositivo social que dita uma das formas de expressão da sexualidade como algo natural, colocando o corpo de um modo fragmentário, reduzindo e privilegiando modalidades de prazer a órgãos supostamente complementares. Para o autor,

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história de produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstituir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (PRECIADO, 2014, p. 26).

Nesse sentido, a proposição contrassexual, elaborada pelo autor, resistiria a tais naturalizações precipitadas, defendendo que os corpos veriam uns aos outros como falantes – muito mais do que como uma separação binária entre homens e mulheres.

Ao falar que a contrassexualidade joga com duas temporalidades, Preciado dirá que uma delas parece nunca ter sofrido qualquer tipo de mudança; alguns conceitos como: ordem simbólica, universais transculturais e natureza seriam apropriados para descrever seu funcionamento. Diz ainda que as tentativas de ressignificá-la seriam tratadas como uma espécie de uma psicose coletiva ou de um Apocalipse Humano. Entendemos que a parte da psicanálise que falha em sua reflexividade e joga com um *a priori* catastrófico funcionaria dentro dessa temporalidade, destituindo-se, assim, de suas origens transgressoras e funcionando como uma pedagogia prescritiva de gênero. Já a segunda temporalidade apresentada, por seu escape ao que é prescrito – diria-se, por seu escape mesmo à lógica linear de uma prescrição – seria o “campo efetivo em que a contrassexualidade incorpora as



tecnologias sexuais ao intervir diretamente sobre os corpos, sobre as identidades e sobre as práticas sexuais que destes derivam” (PRECIADO, 2014, p.24) parece uma aposta clínica interessante.

Podemos voltar nosso olhar por um instante para os recentes acontecimentos de repercussão nacional, em que artistas cuja proposição era, justamente, a de instaurar uma temporalidade de acordo com a última apresentada por Preciado, cuja linearidade antecipatória se questiona pela incessante superposição de *agoras*. A exposição *QUEERmuseum*, lançada em 15 de agosto de 2017, questionava a fixidez identitária com obras que, na sua potência de presença, aqui-agora, apresentavam-nos modos de subjetivação desviantes dos regimes normativos.

Desnecessário citar o deslinde do evento, cuja censura ocorreu no dia 10 de setembro – não desacompanhada de truculências policiais infligidas aos manifestantes que se opunham ao fato. Preocupados em aniquilar as possibilidades desviantes de uma suposta ordem e em preservarmos de um suposto “Apocalipse da Humanidade”, mais uma vez tentamos forjar um ensurdecimento ao que dessoa da harmonia que supomos *natural*, mas que, se pensarmos junto a Preciado, podemos interpretar que foi, na verdade, *naturalizado*.

E, se por um lado, compactuamos com a lógica que renega no campo da arte o que se considera natural (porque naturalizado), no campo de uma ciência podemos pensar em como lidamos com aquilo que escapa, nítida ou subrepticamente, às prescrições da norma. Aqui se recoloca – e sempre – a pergunta: como a psicanálise lida com estas temáticas em suas discussões e em seus consultórios?

Em outro ensaio, intitulado “*Quem defende a criança queer*”, Preciado (2013) faz uma menção à classe de psicanalistas edipianos que, juntamente com diversos segmentos religiosos e nostálgicos de um suposto passado familiar efetivo, foram às ruas protestar contra a adoção por casais homossexuais. Não nos parece ser por acaso que tal menção à psicanálise seja feita junto a um de seus operadores conceituais mais basilares. O autor faz, ainda, uma série de questionamentos:

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança *queer*, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? (PRECIADO, 2013, p.1).

Nós fazemos outros: como veicular a escuta analítica diante desses casos? Para onde voltar a nossa escuta – e a maneira como oferecemos uma leitura – dos casos que se relacionam ao



desenlace do *QUEER* museu? Como, de fato, fazer operar o método analítico de associação livre/atenção flutuante quando tantos mal-entendidos se fazem presentes? Será que analistas que *a priori* estabelecem como catastrófico o fato de uma criança nascer sem gênero determinado podem acolher essa demanda de modo não prescritivo? Remetemo-nos aqui ao recente trabalho de Ambra, Laufer e Júnior (2018), de acordo com os quais a cisnormatividade, como qualquer outra forma de normatização, é “um discurso e um exercício de poder, que visa preencher o vazio deixado pela ilusão de que existe um normal”. E questionam “não é precisamente essa alienação que a psicanálise pretende denunciar?” (AMBRA, LAUFER, JÚNIOR, 2018, p.238-239).

Por fim, será que a psicanálise defende a criança *queer*? Se por um lado a psicanálise não pode comprometer-se com um discurso identitário, tampouco pode prometer qualquer tipo de defesa. O que ela pode – e nós, como psicanalistas, podemos – é oferecer um espaço de escuta que não suponha o desejo como algo permanente, de modo a evitar reproduzir uma teleologia de desenvolvimento baseada em regulamentações de gênero. Impressiona-nos que isso ainda não seja óbvio.

---

## Referências

- AMBRA, Pedro; LAUFER, Laurie, JUNIOR, Nelson da Silva. Psychanalyse et normativité: la question cisgenre. *Cliniques Méditerranéennes*, n. 97, 229-242, 2018.
- ARAN, Márcia; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, n.28, 129-147, 2007.
- AYOUCH, Thamy. Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, v. 54, n. 1, 23-32, 2015.
- BION, Wilfred. Differentiation from the Psychotic and Non-Psychotic Personalities. In: *Second Thoughts*, London: Heinemann Medical Books, 1957.
- BION, Wilfred. *Learning From Experience*. London: Karnac, 1962.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BULAMAH, Lucas Charafeddine. *História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. São Paulo: Annablume, 2016.
- BUTLER, Judith. *Subjects of desire: Hegelian reflections in twentieth-century France*. New York: Columbia University Press, 2012.
- CAVALHEIRO, Rafael. Complexo de Édipo e normatividade na escuta: algumas críticas a partir de Foucault e Butler. Trabalho apresentado a *Sigmund Freud Associação Psicanalítica*, Porto Alegre, 2018.
- CUNHA, Eduardo Leal. A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas têm medo de travestis?). *Revista Periódicus*, v. 1. n. 5, 7-22, 2016.
- EDELMAN, Lee. *No future: Queer theory and the death drive*. Durham: Duke University Press, 2004.
- FERREIRA, Marcelo Santana. Sobre crianças, sexopolítica e escrita de si. *Revista Pólis e Psique*, v. 6, n. 1, 51-64, 2016.



- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2013.
- FREUD, Sigmund. Sobre as teorias sexuais infantis. In *S. Freud. Obras completas*, v. 8. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- JORGE, Marco Antônio Coutinho; TRAVASSOS, Natália Pereira. A epidemia transexual: histeria na era da ciência e da globalização? *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, v. 20, n. 2, 307-330, 2017.
- LACAN, Jacques. *O seminário: livro 9 A identificação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, Jacques. *Le Séminaire: XV*. Disponível em: <<http://staferla.free.fr/S15/S15%20L&#39;ACTE.pdf>>. Acesso em 22 fev 2018.
- LACAN, Jacques. Subversão do sujeito e dialética do desejo. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MAYA, Acyr. A homofobia no discurso psicanalítico sobre o casal e a parentalidade homossexual. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antônio Coutinho (orgs.). *As homossexualidades na psicanálise - na história de sua despatologização*. São Paulo: Segmento Farma Editores, 2013.
- NOGUEIRA, Joel. Os transtornos da sexualidade no adulto. In: *Psicanálise e sexualidade: tributo ao centenário de "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" 1905-2005*. Porto Alegre: Casa do Psicólogo, 2005.
- PORCHAT, Patrícia. Entrevista com Patrícia Porchat sobre o livro *Psicanálise e Transexualidade*. *Sig Revista de Psicanálise*, v.5 n.2, 79-82, 2014.
- PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PRECIADO, Paul B. Qui defend l'enfant queer? *Libération*.
- QUINET, Antônio. Homofobias psicanalíticas na psicologização do Édipo. *Stylus*, n.33, 191-199, 2016;
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. In: *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SAFATLE, Vladimir. Por um conceito “antipredicativo” de reconhecimento. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 94, 79-116, 2015.
- VAN HAUTE, Phillipe; GEYSKENS, Thomas. *Psicanálise sem Édipo? Uma antropologia clínica da histeria em Freud e Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

